



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2021, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Ata da Quinta Audiência Pública, realizada na Câmara de Vereadores “Palácio Deputado José de Souza Cândido”, nas dependências do Plenário “Francisco Marques Figueira”, cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e oito minutos, deu-se início à Quinta Audiência Pública, do Primeiro Exercício da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Ver. Leandro Alves de Faria que, em nome de Deus e da Pátria, declarou aberta a sessão e anunciou: “Esta Audiência Pública tem por objetivo a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2021, em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000. Nomeio uma comissão composta pelos vereadores: Max Eleno Benedito e Artur Yukio Takayama, para fazer adentrar ao plenário o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Corrêa Viana; o diretor de receitas, Sr. Ademilson Freire; a diretora de contabilidade, Sra. Adriana de Castro Silva de Melo e o contador, Marcelo Rodrigues. Passo a palavra ao secretário de planejamento e finanças para as considerações iniciais.” **Com a palavra o Sr. Itamar Corrêa Viana:** “Boa tarde, Presidente, boa tarde, Nobres Vereadores presentes, boa tarde imprensa! Hoje nós viemos fazer a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2021, aqui na Casa de Leis.” O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Vereadores: Lazario Nazare Pedro; Nelson dos Santos; Max Eleno Benedito; Artur Yukio Takayama; Marcos Antonio dos Santos; André Marcos de Abreu e Joaquim Antonio da Rosa Neto e pediu para o secretário iniciar a apresentação das metas fiscais. O Sr. Itamar Viana fez a apresentação da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, perante os membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Suzano. Demonstrou e explicou o relatório referente à prestação de contas e documentos relativos à receita e despesa do 1º quadrimestre de 2021 enviados à Câmara Municipal de Suzano, via Ofício n.º 17/SMPF/CTBL/2021, em 26 de maio de 2021, (protocolo nº 0003050), às 11h04. “Em cumprimento ao artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, § 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo




Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na Comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais ou municipais. Ou seja, temos esta, teremos outra em setembro e, em fevereiro de 2022, apresentaremos os resultados, o fechamento das metas de 2021. Na sexta-feira tivemos a LDO e hoje é outro complemento da lei federal. Assim apresentamos aos Nobres Vereadores as informações completas. Apresentaremos os Relatórios de Prestação de Contas, seguindo a ordem: • Relatório Resumido da Execução Orçamentária; • Resultado Primário; • Receita Corrente Líquida • Despesa com Pessoal e • Relatório de Gestão Fiscal. O relatório foi enviado à Casa de Leis, os senhores estão de posse do relatório, se tiverem dúvidas, estou à disposição para esclarecer a situação. Vou passar para o contador fazer a prestação dos Relatórios da Execução Orçamentária de 2021.” Convidou o contador para explicar os dados do quadro do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 1º quadrimestre de 2021. Com a palavra o Sr. Marcelo Rodrigues, que leu e explicou os valores contidos no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária			
1º Quadrimestre de 2021			
RECEITAS	Prevista	Realizadas até 30/04/2021	
Categoria	R\$	R\$	(%)
Econômica/Fontes			
Receitas Correntes (A)	900.556.025,23	349.302.858,20	38,79%
Tributárias	255.192.200,00	89.284.431,28	34,99%
Impostos	248.388.000,00	88.557.025,09	35,65%
Taxas	6.199.500,00	747.406,19	12,06%
Contribuições de Melhoria	4.700,00	0	0,00%
Contribuições	37.608.225,75	10.443.641,35	27,77%
Contribuições Sociais	23.925.000,00	5.703.741,90	23,84%
Contrib. Custo de Iluminação Pública	13.683.225,75	4.739.899,45	34,64%
Patrimoniais	17.343.000,00	3.726.289,92	21,49%
Serviços	150.000,00	42.253,44	28,17%
Transferências Correntes	571.669.179,48	240.317.994,41	42,04%
Transferências União	156.836.474,23	58.657.454,54	37,39%
Transferências Estado	258.481.504,25	131.632.250,06	44,10%
Transferências FUNDEF	116.201.201,00	49.975.601,38	43,01%
Instituições Privadas	150.000,00	72.308,44	48,14%
Outras Receitas Correntes	18.593.420,00	5.488.247,80	29,52%

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças  **PREFEITURA DE Suzano**

Prosseguindo, o Sr. Itamar passou a palavra para o Sr. Ademilson Freire, que explicou os valores da composição das Receitas Orçamentárias: “**IPTU** – Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana: atingiu o montante de R\$ 54,26 milhões, sendo 40,62% da previsão orçamentária. **ISS** – Imposto Sobre Serviços: arrecadado o valor de R\$ 23,36 milhões,



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

representando 29,61% do previsto. **ITBI** – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis: atingiu o montante de R\$ 4,25 milhões, sendo 36,96% da previsão. **AS TAXAS** – Atingiram o montante de R\$ 747,42 mil, sendo 12,06% do previsto para 2021. **AS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** atingiram até o primeiro quadrimestre o montante de R\$ 240,32 milhões, sendo 42,04% do previsto para 2021. A seguir o Senhor Itamar manifestou: “Vou fazer algumas considerações importantes para vocês fazerem uma leitura das receitas do município. O **IPTU** atingiu 40,62% da previsão orçamentária, porque nós recebemos, no dia quinze de março, que é o dia de vencimento, a primeira parcela. Então está bem centralizada a receita nesta data. O restante, sessenta por cento, fica diluído, praticamente, para o ano todo, por isso que você tem um pico aqui desta previsão orçamentária. O **ISS** está um pouco abaixo do previsto. Ao todo, o previsto seria entre 33% e 34%, mas na questão do ISS foi um impacto da própria Covid. Então, tivemos uma diminuição. É interessante a questão do **ITBI** (Imposto sobre Transmissão de bens e imóveis), que atingiu o montante de 36,96%, um pouco acima do previsto. Então está apartado à questão da Covid neste momento. O outro item, **TAXAS**, que atingiu 12,06% do previsto, ou seja, quase 20% abaixo. Porque nesse momento teríamos entre 33% e 34%. Iniciamos o trabalho das taxas, geralmente, no final de março, mas foram prorrogadas por um decreto do prefeito até dezembro. Por isso, que o imposto virá em outras apresentações. É importante esta informação. As **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** tiveram R\$ 240 milhões, que impactam Fundeb, ICMS, transferências governamentais. Estão equilibradas para este início de ano.” A seguir, passou a palavra para o Sr. Marcelo Rodrigues, que lê e explica os dados dos relatórios do primeiro quadrimestre:



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE DE 2021

RECEITAS CAPITAL (B)	Prevista Atualizada	Realizadas até 30/04/2021	
Categoria Econômica/Fontes	R\$	R\$	(%)
Receitas de Capital (B)	77.735.745,67	5.524.615,60	7,11%
Operações de Crédito	22.975.247,76	682.686,00	2,97%
Alienação de Bens	8.000.000,00	0	0,00%
Transferências de Capital	46.760.497,91	4.789.108,12	10,24%
Outras Receitas de Capital	0,00	52.821,48	0,00%
Receitas Intra (C)	63.795.000,00	18.024.136,44	28,25%
(-) Deduções Receitas FUNDEB (D)	70.955.000,00	29.533.741,80	41,62%
RECEITA TOTAL (A+B+C-D)	971.131.770,90	343.317.868,44	35,35%

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças



PREFEITURA DE
Suzano

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE DE 2021

DESPESAS	Dotação Atualizada	Empenhado até 30/04/2021		DESPESAS EXECUTADAS (L)		
Categoria Econômica/Natureza	R\$ (A)	R\$ (E)	E / A (%)	Liquidada até 30/04/2021	Inscritas em RP não processadas	L/A (%)
Despesas Correntes	758.564.395,18	379.084.583,81	49,97%	211.609.754,15	0,00	27,90%
(exceto intra-orc.) (E)						
Pessoal/Encargos Sociais	356.925.302,00	90.038.380,57	25,23%	89.454.411,26	0,00	25,06%
Juros/Enc. da Dívida Interna	4.650.500,00	2.413.861,40	51,91%	1.048.698,90	0,00	22,55%
Outras Despesas Correntes	396.988.593,18	286.632.341,84	72,20%	121.106.643,99	0,00	30,51%
Despesas de Capital (F)	114.075.922,53	57.615.075,56	50,51%	17.619.450,14	-	15,45%
Investimentos	96.498.015,24	48.483.709,32	50,24%	13.239.281,74	0,00	13,72%
Inversões Financeiras	150.000,00	-	0,00%	-	-	0,00%
Amortização da Dívida	17.427.907,29	9.131.366,24	52,40%	4.380.168,40	0,00	25,13%
Despesas Intra (G)	69.023.539,53	26.383.685,61	38,22%	15.597.838,34	0,00	22,60%
TOTAL DAS DESPESAS (H)	941.663.857,24	463.083.344,98	49,18%	244.827.042,63	0,00	26,00%
= (E+F+G)						
		Receita Total.....		343.317.868,44		
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....				98.490.825,81		

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças



PREFEITURA DE
Suzano

“Nesse quadro as despesas são sempre mais complexas, porque têm suas etapas, **empenhado** e **pago**, mas vamos focar nas despesas liquidadas que é quando o fornecedor tem o direito de crédito, já chegou a nota fiscal, já foi concluído um serviço por exemplo, que é o padrão de referência no órgão público.” O Sr. Marcelo leu os valores das despesas e concluiu: “Como verificamos no quadro anterior, havíamos chegado a um volume de receita R\$ 343 milhões, tivemos um resultado orçamentário no primeiro quadrimestre orçamentário e não financeiro de R\$ 98,49 milhões.” O secretário Itamar Viana continuou a explicar: **“APLICAÇÃO DOS RECURSOS: SAÚDE.** As despesas liquidadas até o 1º quadrimestre de 2021, com recursos próprios na área da Saúde totalizaram R\$ 39,89 milhões, representando 20,69% do total das receitas de impostos e transferências constitucionais, sendo 5,69% acima do que determina a Lei



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

(15%). **ENSINO (C.F.Art. 212)**. As despesas liquidadas até o 1º Quadrimestre de 2021, com manutenção e desenvolvimento do ENSINO, totalizaram R\$ 43,30 milhões, atingindo 22,45% das receitas de impostos municipais e transferências constitucionais. Lembrando que aqui na questão do ensino são 25%, assim como na saúde são 15%, porém a lei não é do quadrimestre é do ano. Então, temos o ano todo para fazer esta dedução em que o pico na despesa do ensino é no final do ano com décimo terceiro, com encargos financeiros da folha de pagamento, onde tem maior aplicação dos recursos da educação”. Na sequência, o contador explicou os dados dos quadros Resultados Primários. “**RESULTADO PRIMÁRIO** é outro índice muito importante na questão da execução orçamentária. O resultado primário, na verdade, você retira aqueles itens financeiros do resultado.”

RESULTADO PRIMÁRIO	
1º QUADRIMESTRE DE 2021	
RESULTADO PRIMÁRIO	
RECEITAS	
Receitas Correntes	319.769.116,40
Receitas de Capital	5.524.615,60
Subtotal:	325.293.732,00
(-) Receitas de Operações de Crédito	682.686,00
(-) Receitas de Aplicações Financeiras	866.473,01
(-) Outras Receitas financeiras	946,40
Receita Primária Total (A)	323.743.626,59

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças  **PREFEITURA DE
Suzano** 12



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

Despesas:	DESPESAS EXECUTADAS	
	Liquidada até 30/04/2021	Inscritos em RP não processados
Despesas Correntes (I)	211.609.754,15	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	89.454.411,26	0,00
(-) Juros e Encargos da Dívida (II)	1.048.698,90	0,00
Outras Despesas Correntes	121.106.643,99	0,00
Despesas Primárias Correntes (III) = (I)-(II)	210.561.055,25	0
Despesas de Capital (IV)	17.619.450,14	0,00
Investimentos	13.239.281,74	0,00
Inversões Financeiras	-	0
(-) Amortização da Dívida (V)	4.380.168,40	0
Despesas Primárias de Capital (VI) = (IV-V)	13.239.281,74	-
Despesa Primária Total (B) = (III+VI)	223.800.336,99	-
TOTAL (B) = Despesas Liquidadas + RP não processados	223.800.336,99	
Resultado Primário (A - B).....	99.943.289,60	

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças  **PREFEITURA DE Suzano** 13

O Sr. Itamar Viana, falou sobre **RESULTADO PRIMÁRIO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2021** – “São excluídas as receitas e despesas financeiras, indicando se o nível dos gastos orçamentários (não financeiro) do município estão compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** – Este quadro é muito importante como referência para qualquer órgão público, para o governo, municípios e União. São as Receitas Correntes Líquidas. Na verdade, na Receita pegamos doze meses, não é só o primeiro quadrimestre, nós pegamos uma referência que é padrão na contabilidade pública de maio de 2020 a abril de 2021, ou seja, os doze meses”, explicou o Sr. Marcelo Rodrigues.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA CÁLCULO DOS ÚLTIMOS 12 MESES (MAI/20 A ABR/21)	
Receitas Correntes (I)	926.364.825,55
Receita Tributárias	225.323.657,49
Receita de Contribuição	36.754.990,12
Receita Patrimonial	5.662.189,01
Receita de Serviços	116.037,49
Transferências Correntes	640.186.871,04
Outras Receitas Correntes	18.321.080,40
Deduções (II)	99.373.402,37
Contribuição Plano de Previdência do Servidor	28.773.488,11
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	70.599.914,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	826.991.423,18


Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças  **PREFEITURA DE Suzano** 15



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2021 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
Receita Corrente Líquida - RCL	826.991.423,18	
Despesas Totais com Pessoal		
Despesa total com Pessoal - DTP	312.126.230,88	37,74%
Limite Legal (art. 20 LRF)	446.575.368,52	54,00%
Limite Prudencial 95% (Par. Único. art. 22 LRF)	424.246.600,09	51,30%
Dívida Consolidada Líquida		
Valor da DCL	-87.853.492,76	-10,62%
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res.nº 40 Senado)	992.389.707,82	120,00%
Concessões de Garantias		
Montante	0	0,00%
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res.nº 40 Senado)	181.938.113,10	22,00%
Operações de Crédito Internas		
Realizada no Período	682.686,00	0,08%
Limite Definido p/ Senado Federal p/ Operações de Crédito Internas	132.318.627,71	16,00%
Limite Definido p/ Senado Federal p/ Op. por Antec. Rec.Orç. - ARO	57.889.399,62	7,00%

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças  16

“Dívida Consolidada, na verdade temos uma dívida negativa. O que seria uma dívida negativa? Seria a sobra de recursos. Você pega o total da dívida e com o recurso de caixa, que você vai receber a curtíssimo prazo, a prefeitura de Suzano fazendo esse exercício, ainda sobrariam R\$ 87.85 milhões, ou seja, dez por cento”, explicou. A seguir, o Sr. Itamar falou sobre o Relatório de gestão Fiscal: **“DESPESAS COM PESSOAL** – Despesa com pessoal ficou em 37,74% da Receita Corrente Líquida, 13,56% abaixo do limite prudencial e 16,26% do limite legal, demonstrando o total controle dos gastos públicos. **DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA** – A DCL dos municípios pode atingir 120% da receita corrente líquida, conforme Resolução nº 40 do SF, sendo que Suzano atingiu no 1º quadrimestre -10,62%, ou seja, apresentou uma margem de endividamento de 130,62% da Receita Corrente Líquida (RCL) disponível, e que não necessitou ser utilizada. **AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS** - Como pode ser observado nos números da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal do município de Suzano, verifica-se o total controle das contas públicas e o cumprimento integral do que determina a lei de responsabilidade fiscal.” O secretário finalizou a prestação de contas e o presidente abriu a palavra aos vereadores. **Com a palavra o Ver. Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB)**: “Boa tarde secretário e toda sua equipe, nobres Vereadores, imprensa. Secretário, em toda



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

audiência pública costumo pedir valores de quanto foi arrecadado com a CIP, para a gente saber como é que está a situação, principalmente, da parte da iluminação. O senhor sabe me responder, quanto que foi arrecadado só da parte da CIP no município?” **RESPOSTA DO SR.**

MARCELO: “Boa tarde Maizena! Então vamos lá, no primeiro quadro, que é o das receitas correntes, no item contribuições, slide quatro: Contribuições, custeio para Iluminação pública, R\$ 4,74 milhões, 34,64% do previsto. **PERGUNTA:** “E quanto foi gasto, você sabe me dizer?”

RESPOSTA DO SR. MARCELO: “A despesa com a CIP não está na apresentação, mas acredito que conseguimos enviar para ele, não é Itamar?”

RESPOSTA DO SECRETÁRIO ITAMAR VIANA: “Na verdade, permite-me auxiliá-lo na resposta? Vereador Maizena, a gente encaminhou o ofício para Casa de Leis, dia 14 de maio, com um relatório com as despesas, com as receitas, com quanto tem, especificamente, na CIP. Então, é um quadro que acaso precise, a gente também pode reforçar para você as informações. Aproveitando o ensejo e respondendo à pergunta, arrecadado no primeiro quadrimestre, conforme foi dito aqui, R\$ 4.751 milhões; despesas pagas R\$ 3.855 milhões e saldo R\$ 2.344 milhões, porque o saldo também vem do quadrimestre anterior e nós vamos somando. Então, hoje nós temos em caixa da CIP R\$ 2.344 milhões. Conforme o Marcelo havia comentado, 34% do previsto, se você dividir o ano em três partes vai dar 33.33%. Então estamos exatamente dentro da arrecadação prevista. São R\$ 12 milhões mais ou menos.”

Senhor Presidente: “Vereador Maizena, este relatório foi passado na semana retrasada aos gabinetes. Depois se o senhor precisar de outra cópia a Diretoria Legislativa entrega para o senhor. A palavra continua em aberto.

Com a palavra o Ver. André Marcos de Abreu Pacola(PSC): “Primeiramente, queria cumprimentar o secretário e toda equipe presente. Secretário, eu tenho várias perguntas para fazer ao senhor. Vou perguntar e o senhor vai respondendo, pode ser? Aqui, por exemplo, as despesas em relação à Saúde, do primeiro quadrimestre, R\$ 39,89 milhões, isso certamente é dinheiro do Tesouro, falo dinheiro do Governo Federal, pelo que eu estou vendo aqui. Não é muito dinheiro, Secretário?! Porque este valor dá para fazer o hospital, acabar e ainda sobrar dinheiro. Queria que o senhor me respondesse o porquê desse montante de R\$ 39,89 milhões, fora o dinheiro do Governo Federal, no primeiro quadrimestre. Veja bem, se a Covid continuar assim, vamos gastar só dos cofres públicos, aproximadamente, mais de R\$ 120 milhões, nessa média aqui. Seria uma média muito elevada. Porque se no primeiro quadrimestre foram R\$ 39.89 milhões, se essa Covid se estender, Deus queira que não, gastaríamos perto de R\$ 120 milhões do Tesouro, seria isso?” **SECRETÁRIO ITAMAR**



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

VIANA: “Correto. Boa tarde, Vereador Pacola! Basicamente na LOA, dentro de uma previsão, está mais ou menos esse número mesmo. Por quê, Vereador? Na verdade, quando se fala em gastos, esse investimento na Saúde, você pega esse índice de R\$ 39.890 milhões e dentro desse valor está a questão do custo das UBSs, dos medicamentos, dos materiais. Então, você tem um gasto que não é somente folha dos funcionários, é contratação dos hospitais de suporte, porque não vem todo recurso do governo federal, do governo estadual para dar suporte na questão da Covid, diferente do ano passado e muitas ações estão sendo via Tesouro. Então, esse recurso é totalmente detalhado no Siops (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde), que a gente também envia para o Tribunal de Contas para fazer a mesma análise. Na verdade, esse custo, tenho falado isso, inclusive, na audiência da LDO fiz o comentário, que a Saúde deixou de ser 15%, hoje em qualquer município, o gasto da arrecadação vinculado à Saúde é em entre 22% e 23%. Então, realmente o número cresceu significativamente, porém como comentei, são gastos com as UBSs, USFs, folha, medicamentos. Você tem toda uma estrutura dentro desses custos.” **PERGUNTA:** “Obrigado pela resposta secretário! Faço a mesma pergunta referente à educação, que no 1º quadrimestre está apontando aqui R\$ 43.30 milhões. Tendo em vista que hoje, praticamente, não tem aula e o custo, pelo que eu tenho visto aqui, é muito próximo do ano letivo normal. Certamente, deve ter folha de pagamento, mas também se economizaria em muitas outras coisas. No primeiro quadrimestre, a previsão aqui o valor vai próximo da Saúde para mais de R\$120 milhões, sem ter aula. Outra pergunta que eu faço baseado nessas despesas com a educação, Secretário, não sei se o senhor pode me informar, por exemplo, as creches hoje, que se encontram alugadas nos bairros, nesse período de Covid. Os aluguéis foram pagos mensalmente ou foram suspensos devido à Covid, como foi para grande maioria dos trabalhadores, dos comerciantes? Foi feito um acordo com os proprietários para que, no mínimo, alguns não cobrassem, outros cobrassem a metade? A Prefeitura teve essa preocupação de correr atrás de não pagar esse aluguel, durante esse período? Porque esses prédios ficaram praticamente desocupados.” **RESPOSTA:** “Voltando à questão dos valores dentro da educação, cai no mesmo conceito que havia falado anteriormente. Lembrando que 90% da folha do município é educação. São mais de 3.500 funcionários hoje, por isso que é este valor. E a gente tem mantido várias atividades que entram no ponto da Secretaria de Educação, independentemente da pandemia, inclusive, a questão da merenda. Falar: não tem aula, não tem merenda. Mas a merenda tem que ser encaminhada para o aluno da mesma forma.



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

Então, tem todo um plano nesse sentido, ou seja, os custos não têm diminuído significativamente, conforme você comentou, porque só a folha já absorve esse valor. Só a folha está entre 20% e 22% aqui, conforme você comentou. Agora, quando se fala em locação de uma escola, de uma creche não sabemos, não temos um planejamento, uma ideia por causa da Covid, se semana que vem, ou a qualquer momento, vamos voltar às aulas. Como está sendo discutido e em vários municípios, as aulas estão voltando. Então essa suspensão da locação não acontece, porque você tem um contrato de locação. Se você for usar ou não, tem que se responsabilizar pelo pagamento. O que aconteceu é que muitas atividades não aconteceram, porque as creches recebem os repasses e estes diminuíram, mas o que está no contrato de locação ou alguma outra coisa tem que ser mantido, porque é um acordo, é jurídico. Na verdade, teria que se fazer uma renovação do contrato para suspender os pagamentos pontuais.” **PERGUNTA:** “Ao que me referi, Secretário, era para procurar o proprietário desses imóveis e fazer um acordo. É do conhecimento da grande maioria que quem tinha seus aluguéis parou de arrecadar, quero crer que é o caso hoje da prefeitura do município. A pergunta é: houve a preocupação em procurar esses proprietários dos imóveis para darem, ao menos, um desconto, nesse período em que nós não os utilizamos? O pai de família teve que fazer isso, porque ele ficou sem emprego, e a Prefeitura teve essa preocupação em diminuir os custos nesse período da Covid?” **RESPOSTA:** “Na Verdade, nesse período não houve reajuste da locação, porque na verdade as aulas poderiam ter retornado a qualquer momento. Então, por isso não poderiam tomar a decisão de suprir o contrato, porque ele também tem o custo dele. O cuidado que tivemos foi justamente na linha ... **PERGUNTA:** “Secretário, desculpe-me, o que o senhor está respondendo não serve, não está me respondendo. Porque o pai de família, que tem o comércio, também não sabe quando a pandemia vai terminar e ele foi lá procurar o proprietário para negociar o aluguel. A pergunta é: como que não pode procurar o proprietário? É que não houve interesse, o senhor me desculpe, mas é uma desculpa sem nexos, porque ninguém sabe quando essa Covid vai acabar. Se a Covid, Deus queira que não, for prorrogada até dezembro, porque a vacina não chega ao braço do povo brasileiro – está uma politicagem danada – nós vamos ficar pagando essas creches, por exemplo? Não existe previsão nenhuma, Secretário, de voltar às aulas! Algumas escolas estão voltando e já estão querendo parar de novo, é de conhecimento de todos aqui e 90% não voltou. Não acho justo a gente ficar pagando o aluguel, porque o pai de família sai para negociar, para falar com proprietário, porque ele não tem a receita. O nosso município está passando por dificuldades e esses proprietários hoje



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

com altos contratos de locação ficam recebendo sem o imóvel ser utilizado. Na minha opinião é um negócio que tem que ser estudado sim. Se essa Covid permanecer, o governo tem que tomar atitude de ir lá e negociar esse período em que esses imóveis não estão sendo ocupados. Outra pergunta, Secretário, é sobre o que anda circulando nos bastidores políticos do Alto Tietê, inclusive, aqui sexta-feira, por meio do nosso Presidente, tivemos uma reunião com os vereadores do Alto Tietê. Falamos no pedágio da Mogi-Bertioga e da Mogi-Dutra e também falamos de uma taxa de lixo que estão querendo implantar no Alto Tietê, que deve ser de conhecimento de Vossa Senhoria. Já foi feito algum estudo técnico, Secretário, de quanto Suzano iria arrecadar sendo implantada essa taxa de lixo na cidade?” **RESPOSTA:** “Vereador, vou aproveitar a sua pergunta para ampliar um pouquinho o contexto. O Marco Regulatório de Saneamento Básico está impondo, acho que essa é a linha, não sei se foi apresentado isso, Presidente, caso esteja incorreto, por favor, me corrija. O marco regulatório impõe aos municípios essa taxa de meio ambiente, taxa de lixo, pode ser qualquer nomenclatura. Na verdade, dentro disso estou fazendo um estudo para apresentar em julho, ou seja, o Ministério do Desenvolvimento Regional está exigindo essa linha. Então, não tenho esse impacto. Curiosamente, estou ainda preparando o material, como Secretaria de Planejamento e Finanças, então, não tenho o número para passar para vocês como seria ou o que seria. Não estou fazendo na velocidade necessária, teria que apresentar até o final de julho para Casa de Leis, ou seja, protocolar” – O senhor presidente falou fora do microfone: “Antes de quinze tem de estar publicado. – “Antes do dia quinze tem de estar publicado. Então estou tentando trabalhar dentro desse passo. Mas nós não temos nenhum estudo prévio, valores prévios ou alguma coisa nesse sentido. Só para terem uma ideia, o Ministério do Desenvolvimento Regional mandou uma cartilha na semana passada para os municípios, porque os municípios não têm como fazer esse tipo de cobrança e qual critério usar. É extremamente difícil, até mesmo para pasta das Finanças, criar um estudo para saber como vai fazer isso, até mesmo para o prefeito. Vou fazer um estudo e apresentá-lo em tempo necessário para Casa de Leis, mas nesse momento não tenho essas informações.” **PERGUNTA:** “Não tem estudo técnico de quanto arrecadaria. Eu estou estudando esse projeto ainda e a Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 145, prevê que a contribuição pode ser aplicada nos municípios, não taxas. Inclusive, nem eu sabia, até no nosso município, se levamos a fundo, temos uma taxa hoje cobrada no município de Suzano que se torna inconstitucional. Mas eu queria saber de Vossa Excelência, sobre um projeto de 2007 que está em andamento, deve ser de seu conhecimento,



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

que estão querendo pôr “goela abaixo” para roubar a população, extorquir – não estou falando que Vossa Excelência tem a ver com isso –, estão querendo jogar a culpa no atual presidente da República, sendo que isso é um projeto de 2007, do governo Lula, do PT, para deixar mais claro aqui. Mas está bom, Secretário, obrigado pela atenção e boa tarde!” **O SENHOR PRESIDENTE:** “Só para esclarecer, Secretário, a lei diz que até dia quinze de julho já tem que estar aprovada e em vigor. Em cima da pergunta do Vereador Pacola, pergunto sobre o estudo que o senhor está fazendo junto com a sua equipe, junto com outras Secretarias, sei que é uma conversa ampla e até sai um pouco da situação que estamos discutindo aqui desta audiência pública, mas achei interessante o senhor, na oportunidade, explanar um pouco. Temos conhecimento que essa lei pode não ser aplicada em algumas cidades, devido à população; tem uma série de exigências que podem ser feitas ou não. É obrigatório o senhor fazer o planejamento dessa lei e o prefeito enviar para Câmara votar? Só essa pergunta. **SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “Obrigado, Presidente! Vou responder e depois fazer mais um aparte na pergunta do Vereador Pacola. Sim, é obrigatório. Estou cumprindo uma lei federal. Não é do meu gosto ou do prefeito, é uma lei federal que a gente tem que seguir. Pode ser que se faça gestão lá em Brasília para prorrogarem esse prazo, mas até então, cumpra-se a lei. Na verdade, quando foi passado para mim esse trabalho, estou cumprindo a lei. Faço uso destas palavras, “não é algo que é fácil degustar”, porém tenho que cumprir essa atividade. O Vereador Pacola fez um comentário sobre a questão do que é uma contribuição, do que é uma taxa, muitas vezes é importante este entendimento. **Contribuir** é quando se tem, praticamente, o mesmo valor para várias pessoas, não está qualificando ou quantificando as pessoas. Isto é: todos contribuindo por um valor. A **taxa** é quando consigo saber de você qual o volume que está produzindo, qual a quantidade, qual sua altura, qual a metragem. Isto é taxa, porque cada um vai ter uma medida. Esta é a diferença. Então quando se fala em taxa de lixo, por exemplo, quem que é o fator gerador do lixo? Não é a residência, não é o imóvel, é a pessoa quem gera, por isso que é difícil quantificar. Você vai saber se na casa tem uma ou dez pessoas, se a casa é grande ou pequena? Então realmente é um desafio muito grande até mesmo para fazer o projeto, mas, até agora, é obrigatório protocolar esse projeto até o dia quinze.” **VEREADOR PACOLA:** “A pergunta que eu faria a Vossa Excelência seria, se enviarem o projeto, o Executivo vai cumprir com o dever dele. Agora, e se a Casa rejeitar o que acontece, Secretário, no outro dia não teremos a coletora recolhendo lixo na cidade de Suzano?” **RESPOSTA:** “Não, na verdade só para se ter uma ideia, hoje quem faz esse pagamento é o Tesouro. Então, se pegar o



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

contrato de cinco anos atrás e vir o número da população agora e o volume que está sendo coletado é crescente. Isso em qualquer lugar, Suzano Mogi, Poá, Itaquá, São Paulo, Guarulhos, pode escolher o município e você vai ver que é crescente essa demanda. Então, hoje você está utilizando um recurso do Tesouro para essa demanda. E o que foi discutido pelo Marco de Saneamento? Essa demanda é para amenizar os custos do Tesouro. Então é uma discussão que vem, conforme você mesmo comentou, se arrastando por vários anos e agora ela está na nossa mão para ver qual é o melhor caminho.” **PERGUNTA:** “O senhor sabe me dizer, aproximadamente, quanto que se gasta mensalmente hoje com a Pioneira, Secretário?” **RESPOSTA:** “Anualmente, em torno de R\$ 40 milhões. Então, qualquer recurso que vier abaterá desse recurso, ou seja, você tem o equilíbrio. Porém, foi o que comentou, essa discussão do Marco do Saneamento vem se arrastando a mais de dez, quinze anos e agora está desenvolvendo.” **Senhor Presidente:** “Até para conhecimento, Secretário, que bom que o senhor falou claramente disso, é uma lei federal, temos conhecimento disso, e o que foi debatido, na sexta-feira, pela Frente Legislativa Intermunicipal, junto com os vereadores desta Casa, foi o manifesto que iremos fazer e encaminhar. Cada um pedindo apoio para deputados federais, para ver se a gente consegue pedir um adiamento ou até mesmo pedir que a lei seja alterada, que não seja dessa forma que está sendo feita e imposta. Sabemos também que é culpa também da demora, não estou falando que aqui em Suzano demorou. O senhor falou que agora que mandaram as normativas da lei, mas essa lei era para ter sido citada, porque foi aprovada em julho do ano passado. Então é uma lei que todo mundo tinha consciência que ia ser posta em votação. Acho que as cidades que veem o prazo se aproximando, agora se preocuparam, mas é uma coisa que já está, praticamente, há dez meses aprovada e nunca foi citado isso, de duas semanas para cá, começou a ter essa situação. Secretário, aproveitando a fala o Vereador Pacola, no período da manhã tivemos audiência pública com o secretário de saúde, como é de conhecimento do senhor, aí me deparo aqui com o que o senhor falou, que foi encaminhado para Saúde R\$ 39,89 milhões. A minha pergunta para o secretário, no período da manhã, foi quanto desse valor foi gasto para a Covid, porque ele fez em uma situação paralela, em que informou quanto foi gasto com a Covid em Suzano, e ele não soube me responder. E também não está na prestação de contas, inclusive, o cobrei para que envie essa informação quanto antes para Câmara. Na verdade, fica até complicado hoje nós aprovarmos uma prestação de contas sem informação, que ele próprio falou que não tem essa informação, sobre quanto gastamos do Tesouro com a Covid. Como o



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

senhor acabou de falar aqui que essa alta, como Vereador Pacola acabou de falar, que é muito grande é devido à situação da Covid. Engraçado que o secretário não soube me responder e também não está na planilha de prestação de contas do quanto foi gasto da verba do Tesouro, direto para a Covid. Eu não sei se o senhor tem como responder isso, dos R\$ 39,89 milhões, já encaminhado para a Secretaria de Saúde, neste primeiro quadrimestre, quanto foi gasto com a Covid. Porque ele informou quanto foi gasto tanto do governo estadual quanto do federal, foram quase R\$ 8 milhões que vieram de aporte do governo estadual e R\$ 8 mil que vieram do aporte do governo federal, por meio do Ministério Público.”

RESPOSTA: “Obrigado, Presidente! Presidente, na verdade, quando faço a prestação do valor da Saúde, faço a prestação das despesas liquidadas. Então nessa prestação para vocês eu não estratifico cada um dos itens. Acaso a Casa queira eu posso estratificar e encaminhar via Secretaria de Saúde. Fortaleço o relatório deles para saber exatamente o que foi cada um dos itens, porque também é importante dizer que o recurso vem de fonte federal e fonte estadual, só que você tem os custos também dentro do município. Então, dá para estratificar cada um dos itens, o que foi gasto do governo federal e que do municipal, quando falo municipal é Tesouro, porque eu sou apresento o que foi liquidado. Pode estar empenhado e não foi pago, isso muitas vezes não aparece no relatório. Pode ser posto no relatório: empenhado. **Empenhado** é o compromisso de, **liquidado** já assumi esse compromisso e vou pagar, são dois critérios contábeis diferentes.” **SENHOR PRESIDENTE:** “Agradeço, secretário! Até peço que conste em ata. E também que o secretário fique com esse compromisso de enviar para Casa, para informação de todos os vereadores, quanto realmente foi gasto com a Covid, executado, pago, no caso, nesse primeiro quadrimestre e o que tem empenhado. Porque ele apresentou aqui, muito bem detalhado, sobre fontes, origens, aplicação de recursos, tesouro, estado, o que vem de cada programa federal, porém quando nós chegamos na parte da Covid, que ele fez até um preâmbulo separado, um aporte, não pôs a situação da verba municipal que nós gastamos com a Covid. Essa é a minha preocupação, Secretário, e motivo de a gente querer fiscalizar, porque fizemos o remanejamento orçamentário de mais de R\$ 30 milhões, só neste primeiro quadrimestre. Então esta Casa tem o dever e o compromisso de fiscalizar tudo que nós fizemos nesse primeiro quadrimestre, não só no primeiro quadrimestre (inaudível). **Com a palavra o Ver. André Marcos de Abreu - Pacola(PSC):** “Até peço desculpa aos nobres pares, é que eu tinha anotado as perguntas aqui e acabei bagunçando e não fiz uma pergunta que eu considero essencial. Referente ao Refis, Senhor Secretário, semana passada quarta-feira, o presidente



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

entrou com um requerimento, se não me engano, para que antecipassem o Refis, o senhor sabe informar se esse requerimento vai ser atendido? E eu queria fazer uma sugestão ao senhor, mas primeiro eu gostaria de saber se o requerimento do nobre Presidente vai ser atendido e se o Refis vai ser adiantado, vamos dizer assim.” **RESPOSTA:** “Vereador Pacola, como ato acabei fazendo a resposta para o vereador na sexta-feira. Na verdade, encaminho para o gabinete e o gabinete responde para o presidente. Não chegou ainda. Não respondo diretamente para ele. Então a resposta já foi encaminhada, tem um planejamento sim em cima da questão do Refis. Em tempo hábil, junto com o requerimento, vêm todas as informações. **VEREADOR PACOLA:** “É que eu ia sugerir, inclusive, estou dando entrada com o documento, certamente, vou protocolar hoje, é uma sugestão para implantar o Refis online, principalmente, se for adiantado. Esse documento sugere que se crie um aplicativo no site da Prefeitura para fazer esse Refis. Seria uma forma de arrecadar, a pessoa não sairia de dentro da sua casa, pagaria via internet por meio de um aplicativo. Que o senhor venha fazer assim com o Refis, se possível, não deve ser coisa de outro mundo. Cria-se um aplicativo da Prefeitura para o Refis online. Porque o senhor, veja bem, em boa parte das cidades já está usando esse recurso e está sendo muito bem visto pela população. Assim, a população não precisa sair de dentro de sua casa, uma boa parte está com medo de sair, não precisa pegar fila, e sendo online já pagaria o Refis. Então, estou entrando com o requerimento sugerindo a Vossa Excelência, à Secretaria, que se implante o Refis online.” **RESPOSTA:** “Vereador, na verdade, a resposta em si é que quando se coloca datas a gente tem que estar preparado para atender a questão do Refis. Um dos primeiros itens é questão do Refis online. A plataforma já está sendo trabalhada nisso, para você ter essa atenção e conseguir fazer toda a negociação online. Então, no momento que tiver o Refis já vai estar abraçado com essa tecnologia. Então isso é algo que já está no nosso planejamento, estamos encaminhando essa ação para quando, a questão é para quando, estiver ativa essa será a nossa ferramenta. Porque assim, só por experiência, o Ademilson, que ficava na Receita, sabe o que é você ter fila quase virando a esquina com pessoal querendo pagar, isso eu não quero. Então na verdade, a gente vai levar a informação até cada munícipe, preparar o material para ele saber o que tem de dívida. A questão das cartas de cobrança com a informação já alivia 90% do caminho da pessoa vir aqui. Quem tiver dúvida também vai ter um suporte online para atender quem tem dificuldade. Então tem toda uma estrutura que tem que ser montada, mas isso aí já está sendo encaminhado, por isso que comentei que em tempo oportuno a gente faz a divulgação para Casa.” **PERGUNTA:** “Mas



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

isso não tem hoje no sistema da Prefeitura, vai ser implantado, é isso?"

RESPOSTA: "Será implantado, porque a questão do Refis é um período específico. Então, dependendo, a gente pode encaminhar isso para uma dívida ativa, mas durante Refis a ideia é trabalhar com ele totalmente eletrônico. Aproveitando, Presidente, se tiver mais alguma pergunta eu respondo, porque gostaria depois de pedir a palavra para falar sobre o PPA (Planejamento Plurianual), que vem ao encontro com o que o Vereador Pacola tem relacionado, não sei se tem mais algum vereador com alguma pergunta." **SENHOR PRESIDENTE:** "Temos algumas perguntas também do público, Secretário. Em tempo também quero agradecer a presença do vereador Baiano da Saúde; do Vereador Zé Oliveira; do vereador Marcio Malt; do Vereador Rogério Castilho, que acabou de sair e do vereador Toninho Morgado. **Com a palavra o Ver. Joaquim Antonio da Rosa Neto – PL(Joaquim Rosa):** "Senhor Presidente, a pergunta que iria fazer já foi respondida. Muito Obrigado."

Com a palavra o Ver. Marcos Antonio do Santos – PTB (Maizena): "Só para tirar uma dúvida. Essa taxa de lixo, no caso, se for aprovada nesta Casa, quem vai pagar somos nós; quem paga até hoje é o Tesouro. A taxa da CIP, que a gente aprovou em 2015 aqui nesta Casa, quem pagava era o Tesouro também ou era o município?" **RESPOSTA:** "Vereador Maizena até me permite, porque na verdade foi feito uma Cessão Onerosa, foi transferido o parque (parque energético) para o município e por meio desse recebimento foi facultada a questão da cobrança de uma contribuição. E por meio dessa contribuição, fazer a manutenção de algo que o estado passou para nós. Na verdade, esse recurso não tinha e foram mandados um parque, que são partes de luminárias, e com isso foi facultado essa cobrança da contribuição. Então, para responder se no passado também era assim, não teria clareza agora. Foi passada a responsabilidade e deram essa atribuição de a gente fazer essa contribuição da iluminação." **PERGUNTA:** "Antigamente quem pagava isso era município, não é?" **RESPOSTA:** "Sim." **PERGUNTA:** "E hoje quem paga somos nós." **RESPOSTA:** "Sim, é apartado." **PERGUNTA:** "Por meio da CIP, não é?" **RESPOSTA:** "Sim." **PERGUNTA:** "Tanto a manutenção quanto a iluminação pública são os 3% que a gente paga na conta, certo?" **Resposta:** "Exatamente, já nessa linha. É específico para isso." O Vereador agradece. (Falas fora do microfone.) Não havendo mais vereadores para fazerem seus questionamentos, o Senhor Presidente perguntou à Diretoria Legislativa se havia alguma pergunta do público presente. Não havendo questionamentos, passou para as questões formuladas via e-mail, canal online disponibilizado, desde a audiência passada, para os munícipes se manifestarem. **O SENHOR PRESIDENTE:**



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

“Hoje só temos uma pergunta. Isso o senhor até já respondeu, mas vou fazer a leitura da pergunta para caso queira responder.” **PERGUNTA do PAULO LIMA:** “Vai ter a campanha de juros do IPTU? Pois a pandemia atrapalhou o pagamento do IPTU.” **Secretário Itamar Viana:** “É até interessante a perguntar dele. Com a decisão do governo de passar os IPTUs de abril, maio, junho e julho até dia quinze de dezembro, os juros não são contabilizados. Então houve uma perda de receita, vou falar perda que é o termo técnico, permita-me isso, em torno de R\$ 320 mil, que geralmente vem com essa questão de juros. Então hoje é feito isso. E aí o Refis quando é aplicado a mesmo critério, os juros e a multa você tem uma redução, porém a correção monetária é obrigação legal. No momento certo, a gente faz a discussão.” **Senhor presidente:** “Então, o que ele se refere deve ser a situação do Refis mesmo.” **Com a palavra o Ver. Antonio Rafael Morgado - Professor Toninho Morgado(PDT):** “Embora tenha concluído o período de fala dos Vereadores, queria fazer um questionamento ao secretário. (Concedido). Boa tarde, Secretário Itamar, nosso companheiro Ademilson e toda a equipe! Primeiro quero parabenizá-los pelo trabalho que vêm prestando na cidade de Suzano. Eu acho que o senhor já falou, acabei chegando atrasado, inclusive, peço desculpas por isso, estava em outro compromisso. Essa taxa de lixo que foi falado, acho que os Vereadores já questionaram, é uma regulamentação nacional que foi implementada, se eu não me engano lá no governo Lula, depois ela foi readequada em outro momento, e agora estão criando a tal da ANA, que é a agência reguladora. Eu queria saber qual que é a obrigatoriedade que o município tem, porque me parece que compete a cada prefeito estabelecer ou não essa cobrança. O prefeito faz, se não fizer qual é a sanção que ele poderá sofrer? Se o prefeito fizer, e a Câmara votar contra, qual é a sanção que o prefeito ou a Câmara poderá sofrer? Uma segunda situação, é possível pressionar deputados – aí eu não sei se o senhor consegue responder, porque é uma técnica legislativa – para que façam emendas na alta cúpula de Brasília, para poder tornar facultativa essa tarifa para o município ou não? Obrigado!” **RESPOSTA:** “Boa tarde professor Toninho Morgado. Obrigado pelas palavras! Vereador, na verdade, como você comentou primeiro, até o presidente já havia mencionado, isso foi votado no meio do ano passado. E nessa data era para todos nós o momento eleitoral, qual o município que ia pôr uma taxa de lixo no meio de uma campanha eleitoral? Acho que não aconteceu isso. Aconteceu sim em Itaquá, foi aprovada na última semana e está vigor. Ou seja, são pouquíssimos os municípios que já existe essa taxa ambiental, taxa do lixo ou qualquer que seja. Então por meio do Ministério Desenvolvimento Regional, e conforme foi dito, pelo marco regulatório, foi



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

obrigatória essa questão, porque está vinculado com a expansão do sistema de saneamento e outros itens relacionados. Quando hoje, estou falando hoje, o Executivo não faz, pelo menos, a questão da discussão ou manda o projeto ele cai na improbidade administrativa. Agora o inverso, se a Casa não aprovar, vai ser discutido como vai ser as fontes, essa resposta não tenho pronta agora, qual é o viés que vai ser feito. Se talvez o Tribunal de Contas, o Ministério Público pode solicitar ou qual que vai ser o caminho dessa provação. Sinceramente, não tenho essa resposta, mas posso buscá-la. O que é possível, o que eu enxergo, conforme nós falamos, você tem as contas equilibradas do desenho que está hoje e a gente está no momento que estamos ainda submetidos à pandemia. Então eu rezo pelo bom senso, de que enquanto estivermos em estado de pandemia, que essa lei fique sobressaltada e, lá na frente, a gente a rediscute, em outro momento econômico. Tenho essa linha de pensamento também. Como comentei, estou seguindo o que a lei federal me obriga. Hoje estou aqui conforme a lei federal solicita, a prestação de contas. Então essa é mais uma das linhas que é feita. Porque, na verdade, quando você não faz essa lei, você está abrindo mão de receita, e se abrir mão de receita também responde. Então tem vários itens que são implícitos, porém a gestão com os deputados, com a Câmara Federal. Falar em Brasília, acho que esse é um dos melhores caminhos, porque não é só para Suzano, é para todos os municípios. Então você tem um ganho, nem que seja postergar isso devido à situação atual, acho bem válido esse caminho.” O Senhor Presidente passou novamente a palavra aos senhores vereadores. Não havendo manifestação, passou a palavra ao secretário para suas considerações finais. **SECRETÁRIO ITAMAR CORRÊA VIANA:** “Nobres Vereadores, Presidente, após o encerramento da Audiência referente a prestação de contas, gostaria de solicitar atenção de vocês por cinco a dez minutos para nós falarmos sobre o PPA, planejamento plurianual. De antemão também quero agradecer a toda minha equipe aqui, Ademilson Souza Freire; a diretora de contabilidade, Adriana; o Marcelo; os contadores da mesa de operação; a imprensa também aqui presente, o Evair sempre presente e a todos os vereadores aqui. Muito obrigado pela prestação de contas na data de hoje! Então eu vou falar sobre PPA na sequência aqui do término. **O SENHOR PRESIDENTE:** “Quero também falar aqui a todos os vereadores, que acabei de encaminhar no grupo dos vereadores o arquivo que o secretário nos passou referente ao PPA, sobre a explicação que ele vai dar. Nada mais havendo a ser deliberado, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente audiência pública. Às quinze horas e onze minutos, o Senhor Presidente encerrou a Quinta Audiência Pública, do Primeiro



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

Exercício, da Décima Oitava Legislatura, da qual lavrou esta ata, que será pela mesa assinada. Compareceram a esta sessão, os seguintes Vereadores: André Marcos de Abreu - Pacola (PSC); Antonio Rafael Morgado – PDT(Professor Toninho Morgado); Artur Yukio Takayama – PL (Artur Takayama); Givaldo Freitas dos Santos – PL (Baiano da Saúde); Joaquim Antonio da Rosa Neto – PL (Joaquim Rosa); José de Oliveira Lima – PDT (Zé Oliveira); Lazario Nazare Pedro – Republicanos (Lazaro de Jesus); Leandro Alves de Faria – PL (Leandrinho); Marcio Alexandre de Souza – PL (Marcio Malt); Marcos Antonio do Santos – PTB (Maizena); Max Eleno Benedito – Max do Futebol (Podemos); Nelson dos Santos – PL (Nelson do Fadul); Rogério Aparecido Castilho – PSB (Rogério Castilho). Acompanharam a sessão os seguintes servidores da Câmara de Suzano: Diretora de comunicação, Vivian Turcado. Jornalista, Taís Aranha; Diretor Legislativo, Douglas Francisco Martins da Silva; Consultor de Orçamento e Documentação Histórica, José Cláudio da Silva Aguiar; Agente Administrativo, Raziel Shinosuke Ueda; chefe de serviços legislativos, Mayara Moreira de Brito; auxiliar administrativo, Pamela da Silva Araujo e taquígrafa, Rosinéia de Agostini Pacheco (trabalhando em home office).

PLENÁRIO MARQUES FIGUEIRA, 31 de maio de 2021

**VEREADOR LEANDRO ALVES DE FARIA
Presidente**

**VER. ANTONIO RAFAEL MORGADO
Primeiro Secretário**

**VEREADOR JAIME SIUNTE
Segundo Secretário**